



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado de Esportes e Lazer**

**Processo nº 2024-ZJBFT**

97º TERMO DO CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER, E O MUNICÍPIO DE PINHEIROS.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0001-43, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, órgão da administração direta, sediado na Rua Coronel Schwab Filho s/nº - Bento Ferreira, CEP: 29050-780 - Vitória/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.412.119/0001-10, doravante denominado DOADOR, representado legalmente pelo seu Secretário, Sr. **JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**, brasileiro, casado, CPF/MF Nº 681.653.9070-91, residente e domiciliado na Avenida Silvio Baratella, 16 – Ponta da Fruta, Vila Velha – ES – CEP 29.129-110,, e de outro lado, o **Município de Pinheiros**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.174.085/0001-80, com sede na Pc. Lacerda de Aguiar, nº 231, Centro, Pinheiros, CEP 29.980-000, doravante denominado DONATÁRIO, neste ato representado pelo seu Prefeito **ARNÓBIO PINHEIRO SILVA**, brasileiro, documento de identidade 1077036 SPTC-ES, inscrito no CPF sob o nº 016.986.327-11, residente e domiciliado a Rua Louzival Carvalho S/N, consoante o processo administrativo tombado sob o nº **2024-ZJBFT**, por este instrumento e na melhor forma de direito, constituem o presente **CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS**, que se regerá em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, bem como os artigos 87 a 93 do Decreto Estadual nº. 1.110-R, de 12/12/2002, e alterações subsequentes, que regulamentam a Lei Estadual nº 2.583, de 12/03/1971, e nos termos do Enunciado nº 29 do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 Constitui objeto do presente Contrato de doação de 01 (uma) Academia Popular ao Município de Pinheiros, referente ao encaminhamento 2024 – S9VPGF.**

**a) APARELHO EM INOX ESQUI TRIPLO – 01 unidade**



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

- b) APARELHO EM INOX PEITORAL COM PUXADOR ARTICULAÇÃO SUPERIOR – **01 unidade**
- c) APARELHO EM INOX PRESSÃO DE PERNAS TRIPLO – **01 unidade**
- d) APARELHO EM INOX ROTAÇÃO VERTICAL COM DUPLO DIAGONAL – **01 unidade**
- e) APARELHO EM INOX SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO – **01 unidade**
  
- f) APARELHO EM INOX SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL – **01 unidade**
- g) APARELHO EM INOX SIMULADOR DE ESCADA TRIPLO – **01 unidade**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

**1.2 A presente doação tem como finalidade a doação de 01 (uma) Academia Popular ao Município de Pinheiros, referente ao encaminhamento 2024 – S9VPGF**

2.1.1. A inobservância da finalidade ora estipulada implicará a reversão da doação com imediata restituição da posse sobre o bem ao DOADOR.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

3.1 O presente termo de doação terá início no primeiro dia subsequente ao da data da publicação do seu resumo no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

4.1 São obrigações do DOADOR:

- a) Transferir a posse do bem relacionado na Cláusula Primeira mediante a assinatura do competente Termo de Entrega e Recebimento;
- b) Dar baixa no almoxarifado do bem doado, conforme disposto nos artigos 74 e seguintes do Decreto Estadual n.º 1.110-R/2002;
- c) Acompanhar a correta utilização do bem doado segundo a finalidade estabelecida na Cláusula Segunda;
- d) O DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual.

4.2 São obrigações do DONATÁRIO:

- a) Receber o bem doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;



**Governo do Estado do Espírito Santo**  
**Secretaria de Estado de Esportes e Lazer**

b) Adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do bem doado junto ao órgão competente e suportar quaisquer ônus financeiros decorrentes da doação (art. 90, *caput*, do Decreto 1.110-R/2002);

**c) Providenciar a instalação da academia popular, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento.**

d) Não admitir a inclusão de material publicitário no bem que está recebendo em doação, salvo nas hipóteses do art. 37, § 1º, da Constituição Federal.

e) Responsabilizar-se pela guarda, manutenção, reparo, substituição de peças, bem como zelar pelo bom funcionamento, mantendo o bem em bom estado de uso e conservação;

f) Responsabilizar-se, integralmente, a partir do efetivo recebimento do bem, por quaisquer ônus e obrigações que recaiam sobre o bem doado ou decorram de sua utilização, os quais não poderão ser imputados ao DOADOR, ainda que subsidiariamente.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

5.1 O DONATÁRIO não poderá locar, alienar, ceder, transferir, trocar, vender ou leiloar, sob qualquer pretexto e a qualquer título, o bem doado.

5.2 O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Segunda do presente Contrato de Doação, sob pena de reversão.

5.3 Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

**CLÁUSULA SEXTA – DA REVOGAÇÃO, DA INDENIZAÇÃO, DAS PENALIDADES, DA REVERSÃO E DO DISTRATO**

6.1 O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver os bens doados, arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.

6.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.

6.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 6.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.

6.3 Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, os bens reverterão ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.



**Governo do Estado do Espírito Santo**

**Secretaria de Estado de Esportes e Lazer**

6.4 O presente contrato de doação poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

7.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, obrigando-se por si e por seus sucessores.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer – SESPORT  
DOADOR

**ARNÓBIO PINHEIRO SILVA**

Prefeito Municipal de Pinheiros  
DONATÁRIO

97º TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

# 97º TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SESPORT - SESPORT - GOVES  
assinado em 26/06/2024 14:47:38 -03:00

**ARNÓBIO PINHEIRO SILVA**  
CIDADÃO  
assinado em 26/06/2024 15:23:04 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 26/06/2024 15:23:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por FLÁVIO SILVA GONÇALVES (SUBGERENTE QCE-05 - GECCOB - SESPORT - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-LX7WQW>